

UNIDADE III

Lei Geral de Proteção de Dados

Prof. Me. Emerson Beneton

Introdução às medidas de segurança da informação

- A importância da segurança da informação no cenário atual: crescimento das ameaças cibernéticas e necessidade de proteção;
- A LGPD e a segurança da informação: como a lei exige a implementação de boas práticas de segurança;
- O impacto da segurança na confiabilidade das organizações: empresas que protegem dados conquistam mais confiança dos clientes.



O que é segurança da informação? Definição e importância

 Definição: conjunto de práticas para proteger a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados;

 Impacto nas organizações: empresas devem investir continuamente para evitar fraudes e ataques;

Relação com a LGPD: segurança da informação como requisito fundamental para a

conformidade com a lei.



A tríade CIA: Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade

- Confidencialidade: garantia de que apenas pessoas autorizadas tenham acesso aos dados;
- Integridade: proteção contra alterações indevidas ou corrupção dos dados;
- Disponibilidade: garantia de que os dados estejam acessíveis sempre que necessários.



Fonte: Imagem produzida pelo próprio autor com tecnologia DALL-E, uma ferramenta de IA desenvolvida pela OpenAI.

Confidencialidade: protegendo o acesso a informações confidenciais

- Uso de criptografia: proteção de informações sensíveis contra acessos não autorizados;
- Controle de acesso: implementação de permissões para limitar o acesso a dados sensíveis;
- Treinamento de colaboradores: conscientização para evitar vazamentos acidentais.







Integridade: garantindo a precisão e confiabilidade dos dados

- Prevenção contra modificações não autorizadas: uso de assinaturas digitais e logs de auditoria;
- Detecção de falhas e erros: sistemas de monitoramento para identificar e corrigir falhas;
- Redundância e backups: garantia da recuperação dos dados caso haja perda ou alteração.



Disponibilidade: assegurando o acesso contínuo às informações

- Plano de continuidade de negócios (PCN): medidas para manter serviços ativos em caso de falha;
- Redundância de servidores: alternativas para garantir acesso mesmo em caso de falha técnica;
- Resiliência cibernética: estratégias para rápida recuperação após incidente.



Ameaças à segurança da informação: principais riscos e desafios

- Ataques cibernéticos: hackers explorando vulnerabilidades em sistemas;
- Erro humano: colaboradores cometendo falhas que resultam em vazamento de dados;
- Desastres naturais: riscos físicos como incêndios ou enchentes afetando servidores.





Ataques cibernéticos: malware, phishing e ransomware

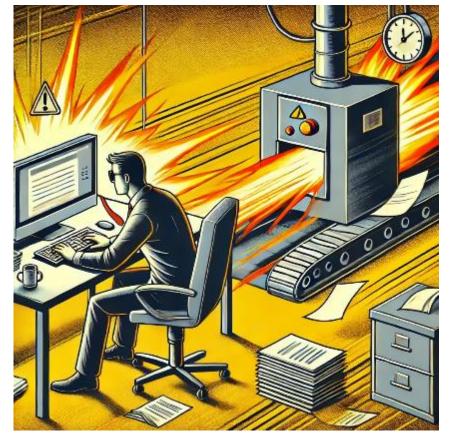
- Malware: programas maliciosos que infectam dispositivos e redes;
- Phishing: enganar usuários para obter informações sensíveis;
- Ransomware: sequestro de dados exigindo resgate para recuperação.



Fonte: Imagem produzida pelo próprio autor com tecnologia DALL-E, uma ferramenta de IA desenvolvida pela OpenAI.

Erro humano e falhas de sistema: impacto na segurança dos dados

- Falta de treinamento: funcionários desinformados sobre boas práticas de segurança;
- Uso de senhas fracas: falha comum que facilita ataques cibernéticos;
- Falhas técnicas: erros de configuração que deixam sistemas vulneráveis.



Fonte: Imagem produzida pelo próprio autor com tecnologia DALL-E, uma ferramenta de IA desenvolvida pela OpenAI.

Importância da criptografia na proteção de dados

- O que é criptografia? Processo que transforma informações em códigos protegidos;
- Criptografia de ponta a ponta: como funciona na proteção de mensagens e transações;
- Implementação na LGPD: requisito essencial para a segurança de dados pessoais.



Fonte: Imagem produzida pelo próprio autor com tecnologia DALL-E, uma ferramenta de IA desenvolvida pela OpenAI.

Controle de acesso: o princípio do "menos privilégio"

- Conceito de "menos privilégio": conceder apenas os acessos necessários para cada usuário;
- Monitoramento de acessos: registro de todas as atividades para auditoria;
- Revogação de acessos inativos: políticas de segurança para evitar riscos.



Autenticação multifator (MFA): protegendo contas e sistemas

O que é MFA? Requer mais de uma forma de autenticação para acessar sistemas;

Exemplos de MFA: senha + biometria, token digital ou SMS de verificação;

· Relevância na proteção contra ataques: impede o acesso indevido mesmo que a senha

seja comprometida.



Imagem produzida pelo próprio autor com tecnologia DALL-E, uma ferramenta de IA desenvolvida pela OpenAI.

O papel das políticas de segurança da informação

- Definição de diretrizes organizacionais: normas para uso seguro de tecnologia e dados;
- Treinamento contínuo de funcionários: conscientização para evitar falhas humanas;
- Planos de resposta a incidentes: ações rápidas para mitigar ataques e vazamentos.



Fonte: Imagem produzida pelo próprio autor com tecnologia DALL-E, uma ferramenta de IA desenvolvida pela OpenAI.

Implementação de boas práticas e padrões internacionais

- ISO/IEC 27001: padrão global para segurança da informação;
- NIST Cybersecurity Framework: diretrizes para proteção digital;
- PCI DSS: normas para segurança de dados em transações financeiras.



Fonte: Imagem produzida pelo próprio autor com tecnologia DALL-E, uma ferramenta de IA desenvolvida pela OpenAI.

Resumo

Neste vídeo, exploramos as medidas de segurança da informação, um dos pilares da LGPD, que exige que as empresas protejam os dados pessoais dos titulares contra acessos indevidos, vazamentos e ataques cibernéticos. Os principais pontos abordados foram:

- Conceito e importância da segurança da informação;
- A tríade CIA: Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade;
- Principais ameaças à segurança da informação;
- Medidas essenciais para proteção de dados;
- Normas e padrões de segurança.



Interatividade

Qual dos princípios da tríade CIA da segurança da informação está diretamente relacionado com a capacidade de um sistema estar sempre disponível para os usuários autorizados?

- a) Confidencialidade.
- b) Integridade.
- c) Disponibilidade.
- d) Controle de acesso.
- e) Autenticação multifator.



Resposta

Qual dos princípios da tríade CIA da segurança da informação está diretamente relacionado com a capacidade de um sistema estar sempre disponível para os usuários autorizados?

- a) Confidencialidade.
- b) Integridade.
- c) Disponibilidade.
- d) Controle de acesso.
- e) Autenticação multifator.



O que é gestão de riscos e por que é essencial?

- A gestão de riscos identifica, avalia e mitiga vulnerabilidades na segurança da informação;
- A LGPD exige que empresas implementem estratégias para minimizar riscos de vazamento e incidentes;
- A análise de riscos ajuda a evitar danos financeiros e à reputação das organizações.



Classificação e análise de riscos: impactos e probabilidades

- A classificação de riscos avalia a gravidade e a probabilidade de ocorrência de ameaças;
- Riscos podem ser categorizados como baixos, médios ou altos com base em impacto e vulnerabilidade;
- A priorização de riscos permite um planejamento eficiente para mitigação.



Avaliação de Impacto na Proteção de Dados (DPIA): objetivos e aplicação

- DPIA é um processo que avalia os riscos do tratamento de dados pessoais;
- Ajuda a identificar vulnerabilidades e implementar medidas preventivas para proteção de informações;
- É um requisito essencial para empresas que realizam tratamento de dados sensíveis.



Ferramentas de monitoramento de segurança (SIEM, IDS, IPS)

 SIEM (Security Information and Event Management): coleta e analisa logs para detectar ameaças;

• IDS (Intrusion Detection System): monitora tráfego de rede e alerta sobre atividades suspeitas;

• IPS (Intrusion Prevention System): Atua proativamente para bloquear ataques antes que

afetem sistemas.



Importância do treinamento e conscientização dos funcionários

- Colaboradores são a primeira linha de defesa contra ataques cibernéticos;
- Treinamentos reduzem riscos de erro humano e melhoram a cultura de segurança;
- A conscientização constante impede que funcionários caiam em golpes como phishing.



Simulações de ataques e testes de vulnerabilidade

- Simulações ajudam a testar a resposta da equipe a ameaças reais;
- Testes de penetração (Pentest) avaliam a resistência de sistemas contra invasões;
- Análises periódicas garantem que falhas sejam corrigidas antes de serem exploradas por atacantes.



Backup e recuperação de dados: estratégias eficazes

- Backups regulares evitam perda de informações em caso de falhas ou ataques;
- É importante armazenar cópias em locais distintos (nuvem e físico);
- Testes de recuperação garantem que os backups estejam funcionais quando necessários.



Plano de resposta a incidentes de segurança

- Documenta ações a serem tomadas em caso de falhas na segurança;
- Reduz impactos de ataques e agiliza a recuperação do sistema;
- Deve ser atualizado constantemente para acompanhar novas ameaças.



Relatórios de conformidade e auditorias de segurança

- Auditorias avaliam se as políticas de segurança da empresa estão em conformidade com a LGPD;
- Relatórios documentam vulnerabilidades e sugerem melhorias;
- Empresas devem manter registros detalhados para fins de fiscalização.



Padrões e certificações de segurança (ISO 27001, NIST, PCI DSS)

- ISO 27001: norma internacional para gestão da segurança da informação;
- NIST Cybersecurity Framework: conjunto de diretrizes para proteção digital;
- PCI DSS: requisitos para segurança de dados em transações financeiras.



O impacto da LGPD na implementação de medidas de segurança

- A LGPD exige medidas adequadas para proteger dados pessoais e evitar vazamentos;
- Empresas que não adotam boas práticas podem sofrer sanções administrativas;
- A conformidade com a lei melhora a reputação e a confiança dos clientes.



Estudos de caso: incidentes de segurança e lições aprendidas

- Empresas que negligenciaram a segurança sofreram prejuízos financeiros e jurídicos;
- Casos reais mostram a importância de boas práticas na proteção de dados;
- Erros comuns incluem senhas fracas, falta de backups e ausência de monitoramento.



Desafios na implementação de políticas de segurança específicas

- Falta de orçamento pode comprometer a adoção de soluções eficazes;
- Resistência organizacional pode dificultar a implementação de mudanças;
- Novas ameaças surgem constantemente, exigindo atualização contínua das políticas.



Resumo

Neste vídeo, exploramos a gestão de riscos e as medidas essenciais para a segurança da informação, garantindo conformidade com a LGPD e proteção contra ameaças cibernéticas. Os principais pontos abordados foram:

- Importância da gestão de riscos na segurança da informação;
- Classificação e análise de riscos;
- A importância do treinamento e conscientização;
- Medidas técnicas para garantir a segurança da informação;
- Padrões e certificações de segurança;
- Impacto da LGPD na implementação de medidas de segurança.



Interatividade

Por que a realização de um Relatório de Impacto na Proteção de Dados (RIPD/DPIA) é fundamental para a conformidade com a LGPD?

- a) Porque é um requisito obrigatório para todas as empresas, independentemente do tipo de tratamento de dados.
- b) Porque permite antecipar riscos e implementar medidas de mitigação para proteger os direitos dos titulares.
- c) Porque substitui a necessidade de auditorias e monitoramento contínuo da segurança da informação.
- d) Porque a ANPD exige que todas as empresas publiquem seus RIPD/DPIA publicamente.
 - e) Porque garante que os operadores de dados possam tomar decisões de forma independente, sem necessidade de aprovação do controlador.



Resposta

Por que a realização de um Relatório de Impacto na Proteção de Dados (RIPD/DPIA) é fundamental para a conformidade com a LGPD?

- a) Porque é um requisito obrigatório para todas as empresas, independentemente do tipo de tratamento de dados.
- b) Porque permite antecipar riscos e implementar medidas de mitigação para proteger os direitos dos titulares.
- c) Porque substitui a necessidade de auditorias e monitoramento contínuo da segurança da informação.
- d) Porque a ANPD exige que todas as empresas publiquem seus RIPD/DPIA publicamente.
 - e) Porque garante que os operadores de dados possam tomar decisões de forma independente, sem necessidade de aprovação do controlador.



O que é governança em privacidade e qual é a sua importância

- Governança em privacidade envolve a criação de políticas e processos para garantir o tratamento seguro de dados pessoais;
- Ajuda a empresa a manter conformidade com a LGPD, minimizando riscos e penalidades;
- Fortalece a transparência e a confiança dos clientes no uso de suas informações.



Diferença entre segurança da informação e governança da privacidade

- Segurança da informação protege dados contra ameaças como ataques cibernéticos e acessos indevidos;
- Governança da privacidade foca no uso responsável e ético dos dados pessoais dentro das empresas;
- Ambos são complementares e essenciais para a conformidade com a LGPD.



O papel da LGPD na governança de privacidade

- A LGPD estabelece diretrizes para o tratamento adequado e seguro de dados pessoais;
- Reforça a necessidade de políticas de privacidade e controle dos direitos dos titulares;
- Define responsabilidades para empresas e órgãos públicos no uso de dados.



Componentes essenciais de um programa de governança em privacidade

- Política de privacidade clara e acessível para titulares de dados;
- Treinamento e conscientização de funcionários para garantir boas práticas de proteção;
- Auditorias regulares e monitoramento contínuo para verificar conformidade com a LGPD.



Política de privacidade e proteção de dados

- Define como os dados são coletados, processados, armazenados e descartados;
- Deve ser escrita de forma transparente e estar disponível para consulta pública;
- Inclui diretrizes sobre consentimento, segurança e compartilhamento de dados.



Nomeação do Encarregado de Proteção de Dados (DPO)

- O DPO supervisiona a conformidade da empresa com a LGPD e interage com a ANPD;
- Responde às solicitações dos titulares de dados e orienta a organização;
- É um papel estratégico para a implementação da governança de privacidade.



Estrutura organizacional e papéis de governança da privacidade

- Definição clara de papéis e responsabilidades na proteção de dados;
- Criação de comitês internos para monitoramento e decisão sobre privacidade;
- Alinhamento entre os setores jurídico, TI e compliance para uma governança eficiente.



Avaliação de riscos e Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD)

- Identifica riscos associados ao tratamento de dados pessoais e sugere medidas preventivas;
- Ajuda a empresa a demonstrar conformidade e evitar sanções da ANPD;
- Necessário para operações de alto risco envolvendo dados sensíveis.



Metodologias para avaliar riscos no tratamento de dados

- Análise qualitativa e quantitativa de riscos para identificar ameaças potenciais;
- Monitoramento contínuo e auditorias periódicas para garantir segurança;
- Classificação de riscos conforme impacto e probabilidade.



Planos de ação para mitigação de riscos e conformidade regulatória

- Implementação de controles técnicos e administrativos para reduzir riscos;
- Treinamentos regulares para funcionários sobre boas práticas de privacidade;
- Adoção de ferramentas tecnológicas para gestão eficiente da governança de privacidade.



Governança e cultura organizacional: a importância do comprometimento interno

- A alta administração deve apoiar iniciativas de privacidade para garantir sua efetividade;
- Políticas internas devem reforçar a importância da proteção de dados;
- Cultura organizacional de privacidade reduz riscos e melhora a reputação da empresa.



Exemplo de boas práticas de governança da privacidade

- Empresas que adotam boas práticas conseguem evitar penalidades e manter a confiança do público;
- Casos de sucesso incluem transparência nas políticas e monitoramento contínuo;
- A implementação eficiente de governança melhora a segurança dos dados pessoais.



Alocação de recursos e implementação de tecnologia de suporte

- Ferramentas automatizadas ajudam no monitoramento e gestão de privacidade;
- Investir em tecnologia reduz riscos e melhora a conformidade com a LGPD;
- Treinamentos contínuos para equipes são essenciais para a implementação eficaz.



Desafios na criação de um programa de governança eficaz

- Falta de orçamento pode comprometer a implementação de boas práticas;
- Resistência interna pode dificultar mudanças culturais necessárias;
- Atualizações constantes da legislação exigem adaptação contínua das políticas.



Resumo

Neste vídeo, exploramos o conceito de **governança em privacidade**, sua importância para a conformidade com a **LGPD** e as melhores práticas para implementação dentro das organizações. Os principais pontos abordados foram:

- O que é governança em privacidade e qual é a sua importância?
- Diferença entre segurança da informação e governança da privacidade;
- Elementos essenciais de um programa de governança em privacidade;
- Avaliação de Riscos e Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD);
- Cultura organizacional e governança;
- Desafios e boas práticas na implementação da governança de privacidade.



Interatividade

Por que a governança em privacidade é essencial para a conformidade com a LGPD?

- a) Porque permite que as empresas ignorem determinadas regras da LGPD ao adotar práticas internas de privacidade.
- b) Porque centraliza a responsabilidade pelo tratamento de dados apenas no setor de tecnologia da informação.
- c) Porque garante que a privacidade dos dados seja incorporada na cultura organizacional e nos processos de tomada de decisão.
- d) Porque substitui a necessidade de auditorias e monitoramento contínuo da segurança da informação.
 - e) Porque evita que a empresa precise nomear um Encarregado de Proteção de Dados (DPO).



Resposta

Por que a governança em privacidade é essencial para a conformidade com a LGPD?

- a) Porque permite que as empresas ignorem determinadas regras da LGPD ao adotar práticas internas de privacidade.
- b) Porque centraliza a responsabilidade pelo tratamento de dados apenas no setor de tecnologia da informação.
- c) Porque garante que a privacidade dos dados seja incorporada na cultura organizacional e nos processos de tomada de decisão.
- d) Porque substitui a necessidade de auditorias e monitoramento contínuo da segurança da informação.
 - e) Porque evita que a empresa precise nomear um Encarregado de Proteção de Dados (DPO).



Por que auditorias são essenciais para a governança da privacidade?

 Importância das auditorias: as auditorias são fundamentais para garantir que os processos e as políticas de privacidade estejam em conformidade com a LGPD e para identificar áreas de risco;

 Avaliação de riscos: elas ajudam a detectar vulnerabilidades que podem comprometer a proteção dos dados pessoais e garantir que as medidas corretivas sejam implementadas;

 Apoio à melhoria contínua: auditorias regulares contribuem para a evolução constante das práticas de governança, assegurando que as empresas se adaptem a novas exigências

legais e tecnológicas.



Diferença entre auditoria interna, externa e regulatória

- Auditoria interna: realizada pela própria organização para verificar conformidade com as políticas e práticas internas;
- Auditoria externa: conduzida por auditores independentes, visando fornecer uma análise imparcial sobre a conformidade da organização com a LGPD;
- Auditoria regulatória: executada por autoridades competentes, como a ANPD, para garantir que a empresa esteja cumprindo todas as obrigações legais em relação à proteção de dados pessoais.



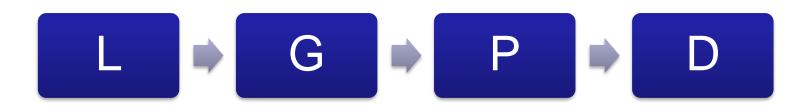
Processo de auditoria e revisão de conformidade

- Envolve a definição do escopo da auditoria, os critérios de avaliação e os métodos de coleta de dados;
- Execução da auditoria: inclui a coleta e análise das evidências necessárias para verificar a conformidade das práticas da organização com a LGPD;
- Ações corretivas: após a auditoria, é necessário implementar um plano de ação para corrigir quaisquer falhas identificadas e melhorar as práticas de conformidade.



Critérios para avaliação de conformidade na LGPD

- Políticas de privacidade e segurança: a avaliação da conformidade deve considerar se a organização tem políticas claras e eficazes de proteção de dados pessoais;
- Direitos dos titulares: a conformidade também inclui a verificação da implementação dos direitos dos titulares, como o direito de acesso e exclusão dos dados;
- Controles internos e medidas de segurança: devem ser avaliados os controles internos que garantem a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados pessoais.



Fonte: autoria própria.

Monitoramento contínuo de atividades e práticas de governança

- Importância do monitoramento: o monitoramento contínuo permite identificar problemas em tempo real e tomar ações corretivas imediatamente;
- Ferramentas e tecnologias: o uso de ferramentas automatizadas, como SIEM (Security Information and Event Management), pode facilitar a detecção de atividades suspeitas;
- Revisões periódicas: o monitoramento contínuo também envolve auditorias regulares para revisar e atualizar práticas de governança e conformidade.



Relatórios e documentação exigidos pela ANPD

- Relatórios de conformidade: as empresas devem manter registros detalhados sobre suas práticas de proteção de dados, incluindo os processos de tratamento e segurança;
- Documentação de incidentes: a ANPD exige que as empresas documentem qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais e as ações corretivas tomadas;
- Transparência e acessibilidade: os relatórios devem ser claros e acessíveis para a ANPD e, em alguns casos, para os titulares dos dados, a fim de garantir a transparência no tratamento de dados pessoais.



Padrões internacionais e frameworks para auditorias de privacidade

- ISO/IEC 27001: um dos principais padrões internacionais para gestão de segurança da informação, que pode ser adotado para garantir conformidade com a LGPD;
- NIST Cybersecurity Framework: fornece diretrizes práticas para proteger as redes, sistemas e dados da organização contra ameaças cibernéticas;
- PCI DSS: padrão específico para a segurança de dados de pagamento, que também pode ser útil para empresas que lidam com transações financeiras e dados de cartão de crédito.



Como responder a uma fiscalização regulatória?

- Preparação antecipada: estar preparado para uma fiscalização envolve ter toda a documentação necessária organizada e acessível, e garantir que as práticas estejam em conformidade com a LGPD;
- Comunicação eficaz: durante a fiscalização, a comunicação clara com as autoridades regulatórias é fundamental para garantir que todas as questões sejam tratadas de forma transparente e precisa;
- Implementação de melhorias: após a fiscalização, deve-se implementar rapidamente as melhorias ou ajustes sugeridos pela ANPD para garantir a conformidade contínua.



Estudo de caso: empresas multadas por não conformidade com a LGPD

- Impacto financeiro: a falta de conformidade com a LGPD pode resultar em multas significativas, afetando as finanças e a reputação da empresa;
- Exemplos de falhas: casos de empresas que falharam em proteger dados pessoais ou em responder adequadamente a incidentes de segurança;
- Lições aprendidas: esses casos servem como exemplos importantes para outras empresas sobre os riscos de não cumprir com a LGPD e a importância de manter boas práticas de governança e proteção de dados.



Desafios na manutenção da complexidade ao longo do tempo

- Mudanças nas regulamentações: a complexidade das leis e regulamentos sobre proteção de dados está sempre mudando, o que exige adaptações contínuas nas políticas e práticas da organização;
- Acompanhamento da evolução tecnológica: as novas tecnologias trazem novos desafios, como a proteção de dados em nuvem ou o uso de inteligência artificial;
- Recursos limitados: muitas empresas enfrentam dificuldades devido à falta de recursos para garantir a implementação e manutenção de um programa de conformidade eficaz.



Treinamento contínuo e cultura de governança em privacidade

 Importância da conscientização: o treinamento contínuo dos colaboradores é essencial para que todos compreendam a importância da privacidade e a conformidade com a LGPD;

 Criação de uma cultura de privacidade: as empresas devem promover uma cultura interna que valorize a proteção de dados pessoais e a conformidade com a legislação;

Monitoramento de eficácia: o treinamento deve ser avaliado periodicamente para garantir que os funcionários estejam atualizados sobre as melhores práticas de segurança e

conformidade.



Exemplos práticos de empresas que implementam auditorias práticas

- Estudo de caso de sucesso: empresas que adotaram auditorias regulares como uma prática eficaz para garantir a conformidade com a LGPD;
- Benefícios observados: como as auditorias ajudaram essas empresas a evitar riscos e penalidades, melhorando suas políticas de privacidade e segurança;
- Desafios enfrentados: exemplos de obstáculos encontrados por essas empresas e como superaram dificuldades na implementação das auditorias.



A evolução da governança da privacidade no Brasil e no mundo

- Histórico da governança de privacidade: como as práticas de proteção de dados evoluíram ao longo do tempo, tanto no Brasil quanto globalmente;
- Impacto da LGPD: a transformação trazida pela implementação da LGPD no Brasil e como ela está alinhada com normas internacionais como o GDPR;
- Tendências futuras: expectativas sobre como a governança da privacidade continuará a se desenvolver, considerando as novas tecnologias e a evolução das regulamentações.



Resumo

Neste vídeo, abordamos a importância das auditorias e a revisão de conformidade na LGPD, destacando os principais pontos relacionados à governança da privacidade, como:

- Auditorias essenciais para governança da privacidade;
- Diferença entre auditoria interna, externa e regulatória;
- Processo de auditoria e revisão de conformidade;
- Monitoramento contínuo e relatórios exigidos pela ANPD;
- Desafios na manutenção da conformidade ao longo do tempo.



Interatividade

Qual das alternativas abaixo representa a principal finalidade das auditorias na governança da privacidade?

- a) Identificar falhas nos processos internos.
- b) Melhorar o desempenho financeiro da organização.
- c) Garantir a conformidade com a LGPD.
- d) Estabelecer metas de segurança para a empresa.
- e) Aumentar o número de clientes.



Resposta

Qual das alternativas abaixo representa a principal finalidade das auditorias na governança da privacidade?

- a) Identificar falhas nos processos internos.
- b) Melhorar o desempenho financeiro da organização.
- c) Garantir a conformidade com a LGPD.
- d) Estabelecer metas de segurança para a empresa.
- e) Aumentar o número de clientes.



ATÉ A PRÓXIMA!